

Simonsen aponta causa da inflação: descontrolado

Da sucursal do
RIO

"O traço comum entre os países campeões de inflação, como Argentina, Israel, Brasil e México, é que todos apresentam um governo altamente 'gastador' e um Banco Central que não pode ser independente e controlar a expansão monetária exagerada. Sempre é popular gastar muito e sempre é impopular criar impostos para cobrir esses gastos, apelando-se então para emissões de moeda que geram a inflação." Essa foi a opinião manifestada ontem pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, durante conferência no seminário promovido pelas Fundações Koprad Adenauer e Getúlio Vargas, no Rio.

Simonsen destacou que, no Brasil, em vez de somente um banco central, há dois, pois o Banco do Brasil, com sua contabilidade, tem o poder de criar moeda. Por outro lado, citou que os encargos da dívida pública interna estão escondidos em várias contas do Banco Central que ninguém sabe ao certo a quanto chegam. "Se juntarmos cinco bons economistas que dessem as contas do Banco Central, certamente vão chegar, depois de meses, a números bem diferentes sobre tais encargos", disse.

O ex-ministro negou ser monetarista e achar que o único meio de se combater a inflação seja pela adoção de uma política monetária forte. Afirmou, porém, ser o controle sobre a moeda condição suficiente, sem a qual nenhuma política de combate à inflação pode ter êxito. Sobre a indexação, Simonsen disse que ela permitiu reduzir as perdas de eficiência que a inflação trazia, criando a poupança, que gerou o surto de desenvolvimento conhecido como "milagre brasileiro".

Entretanto, destacou que, com os choques do petróleo, a indexação passou a apresentar distorções cada vez mais graves. Depois de 1973, a correção monetária passou a funcionar "bem mais precariamente", porque os choques do petróleo exigiam alterações nos preços relativos da economia que, por sua vez, esbarravam na rigidez da indexação. A indexação de rendas e salários poderia anular os aumentos relativos de preços pela absorção de impostos, mas, como o choque era externo, "fez-se através de inflação e desemprego".

DÍVIDA EXTERNA

Perante os banqueiros alemães presentes ao seminário, Simonsen defendeu o processo de endividamento brasileiro, afirmando ser natural que um país em vias de desenvolvimento seja devedor, porque precisa ter um fluxo maior de

capitais, como investimentos, do que a saída. Logo a seguir, historiou as condições que vigoravam no mercado internacional e que provocaram o endividamento crescente dos países não possuidores de petróleo.

Desde 1974, segundo Simonsen, os países da Opep acumularam superávits, tornando-se credores de grandes massas de "petrodólares", enquanto os países não possuidores de petróleo acumulavam déficits e se endividavam. Agora, para o ex-ministro, a única forma de os países devedores pagarem suas dívidas será mediante a eliminação dos superávits dos países credores. Para Simonsen, isso é uma "verdade tautológica", mas sempre esquecida até por banqueiros internacionais, porque um ajuste unilateral, em que os países devedores saldem suas dívidas sem uma correspondente contribuição dos credores, provocaria "simplesmente uma fantástica recessão internacional".

Simonsen lembrou que o financiamento compensatório dos desequilíbrios de balanço de pagamentos foi justamente a função principal da reunião de Bretton Woods, que criou o FMI. Com o passar do tempo, esse órgão virou um mero conselho das finanças internacionais, com capacidade de resolver desequilíbrios de balanço de pagamentos apenas de pequenos países. Com o choque do petróleo e a necessidade de reciclagem internacional dos "petrodólares", ocorreu uma certa "cumplicidade cínica" da comunidade financeira internacional, em que todos ganhavam. "Os bancos — afirmou — ganhavam maiores juros, os países da Opep permitiam a reciclagem e podiam vender mais petróleo e aumentar seu preço, os Estados Unidos gostavam porque aumentavam seu poder, enquanto o FMI o perdia, e tinham o privilégio de poder pagar sua imensa dívida (na verdade, a maior de todo o mundo hoje) externa, com a emissão de sua própria moeda."

Segundo Simonsen, esse acordo tácito levou ao financiamento do processo de endividamento de todos os países, com empréstimos concedidos de forma muito fácil e indistintamente. "Comparados com o resto do mundo — acrescentou — verificamos que os pecados do Brasil foram pequenos." Diante da pergunta — valeu a pena se endividar? — o próprio Simonsen responde afirmativamente, argumentando que, se hoje o brasileiro nasce já com uma dívida externa de 600 dólares, por outro lado tem muito mais ativos financeiros e riquezas criadas com essa dívida, que lhe permitem pagá-la e gerar novas riquezas.

Com esse endividamento, segundo Simonsen, o Brasil fez investigações que

reduziram sensivelmente suas necessidades de importações, até mesmo diminuindo drasticamente sua dependência do petróleo. Aumentando a auto-suficiência em todos os setores da economia, o País ficou mais forte e tem resposta para essa dívida, no entender do ex-ministro do Planejamento.

OS ERROS DOS OUTROS

Ao contrário do Brasil, Simonsen afirmou que o México fez a dívida externa justamente quando descobriu sua principal riqueza, o petróleo. Depois da descoberta do petróleo, as importações mexicanas aumentaram de US\$ 5,8 para US\$ 23 bilhões, o déficit em conta corrente subiu para US\$ 13 bilhões, enquanto o déficit fiscal situa-se, hoje, em torno dos 17% do PIB. Nesse Interim, o México manteve sua moeda supervalorizada e sofreu uma evasão de capitais estimada em US\$ 30 bilhões.

A Argentina cometeu o erro, segundo Simonsen, de, com uma inflação de 150% ao ano, em 1980, desvalorizar o peso somente em 23%, permitindo, ainda, a livre movimentação de capitais. "Só poderia — acrescentou — haver uma grande evasão de divisas, como ocorreu". O Chile, no período de 1973 até 1977, conseguiu "colocar em ordem" sua economia, reduzindo uma inflação de 500% para 40%, com recuperação do nível da atividade econômica e do emprego. Seu erro fatal foi de, como outros países latino-americanos, achar que se combate a inflação com taxa de câmbio. Dessa forma, fixou o dólar em 39 pesos e abriu sua economia para que os preços externos exercessem influência internamente.

Com essa estratégia, o Chile chegou a ter taxas de inflação idênticas às norte-americanas, no ano passado, com a importação maciça de bens e serviços. Entretanto, o preço foi muito caro, pois os economistas chilenos aniquilaram as empresas nacionais, aumentaram o desemprego de forma dramática e destruíram o balanço de pagamentos pela perda de cambiais e de exportações.

Simonsen acha que o caso da Argentina é episódico, porque o país tem condições de superar rapidamente essa situação. O México é um caso de pura e simples inadimplência, não de reescalonamento, e que será resolvido somente quando o novo presidente, Miguel de la Madrid, tomar posse. Outros países estão em situação difícil e a crise de liquidez internacional, na sua opinião, não pode perdurar por muito mais tempo. Caso contrário, ela se transformará numa grande crise econômica.